



IP/10/1063

Bruxelas, 23 de Agosto de 2010

Comissão Europeia: apelo a 14 Estados da UE para assegurarem que a criminalidade internacional não compensa

No mês passado, as autoridades italianas confiscaram à Máfia activos no valor de 60 milhões de euros. No Reino Unido, foram apreendidos 92,3 milhões de euros a uma rede criminosa internacional proprietária de bens no Dubai. Estas apreensões referem-se apenas a uma fracção da riqueza total dos criminosos que pode hoje ser transferida facilmente através das fronteiras. É por esta razão que as regras da UE vigentes desde 2006 (Decisão-Quadro [2006/783/JAI 90](#) do Conselho) permite aos Estados-Membros obterem a apreensão de activos resultantes de actividades criminosas no estrangeiro. No entanto, um relatório publicado hoje pela Comissão Europeia revela que metade dos países da UE ainda não adoptou as regras necessárias para o fazer. Isto significa que os activos – bens, capitais branqueados ou carros roubados – de uma organização criminosa procurados em França se encontrarão em segurança, por exemplo, na Eslováquia ou na Bulgária. As regras da UE devem permitir que as autoridades judiciais solicitem aos seus homólogos de outros Estados-Membros que executem decisões de apreensão de bens, mas o relatório hoje apresentado vem revelar que, devido a uma execução deficiente e à burocracia, que muitas vezes reflectem a falta de confiança nos sistemas judiciais dos outros países, continua a ser difícil tomar medidas em relação ao produto das actividades criminosas.

«Num período de crise económica, é de lamentar que os Estados-Membros da UE continuem a deixar escapar milhares de milhões de euros pelas malhas da rede, quando os governos acordaram em tomar medidas nesta matéria há já quatro anos» referiu a Vice-Presidente Viviane Reding, Comissária responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania. «As reticências de muitos Estados-Membros em darem cumprimento a decisões-quadro do Conselho, que contaram com o apoio de todos eles, vem evidenciar – uma vez mais – por que razão o espaço de justiça da UE precisava do Tratado de Lisboa. Para o futuro precisamos de regras mais claras, de uma execução e aplicação mais coerentes e – sobretudo – de confiança entre os diversos sistemas judiciais. Entretanto, apelo aos Estados-Membros para adoptarem as regras de luta contra o crime por forma a que as autoridades judiciais possam trabalhar em conjunto e combater o produto ilícito do crime.»

Os criminosos tiram partido da abertura das fronteiras na UE para transferirem bens roubados ou ilegais para outros países. As decisões de apreensão são um instrumento precioso para se pôr termo a esta prática.

Segundo a regulamentação da UE, um país da UE pode enviar uma decisão de apreensão para um outro país em que a pessoa reside ou possui bens ou rendimentos. O outro país procede directamente à apreensão, segundo as suas próprias regras nacionais e sem quaisquer outras formalidades.

No entanto, o relatório de hoje vem revelar que, em Fevereiro de 2010, só 13 dos 27 países da UE tinham adoptado as regras necessárias. Apesar de o prazo de transposição ter terminado em 24 de

"Rapid" é um Boletim da Representação da Comissão Europeia em Portugal com carácter informativo não oficial. Reprodução total ou parcial autorizada.

Novembro de 2008, sete países informaram a Comissão de que o processo legislativo se encontrava ainda em curso, não tendo os outros sete transmitido qualquer informação (ver Anexo).

Os 13 Estados-Membros que adoptaram as regras necessárias estão já a aplicá-las para lutar contra a criminalidade. As autoridades judiciárias dos Países Baixos, por exemplo, desde que as regras entraram em vigor, transmitiram 121 decisões de apreensão às suas congéneres de toda a UE relativamente a activos num valor de quase 20 milhões de euros.

Cooperação judiciária limitada pela falta de confiança nos outros sistemas judiciários

A actual regulamentação da UE enumera um certo número de circunstâncias limitadas em que os Estados-Membros podem recusar executar decisões de apreensão, como o não respeito do princípio *ne bis in idem* ou prazos muito longos entre a ocorrência dos factos e a decisão final. No entanto, o relatório de hoje revela que todos os países, à excepção de três (Irlanda, Portugal e Países Baixos¹) acrescentaram outras razões para se recusarem a executar as decisões de apreensão dos outros países. Este facto limita o impacto de um instrumento destinado a permitir que as autoridades reconheçam directamente as respectivas decisões.

O relatório de hoje da Comissão adverte igualmente para o facto de, mesmo quando as regras existem, as decisões de apreensão não serem objecto de reconhecimento automático devido a formalidades legais, como as audições públicas, que foram acrescentadas na regulamentação nacional em quatro países (República Checa, Polónia, Roménia e Eslovénia).

Em Março, a Comissária da UE responsável pela justiça, V. Reding, referiu que é necessária confiança mútua para que as autoridades judiciárias possam reconhecer as respectivas decisões ([SPEECH/10/89](#)). A Comissão fixou-se assim como prioridade estabelecer normas mínimas comuns – começando com os direitos dos suspeitos à interpretação e tradução (que entrarão em vigor já no Outono – [IP/10/746](#)) e uma Carta dos direitos (proposta em 20 de Julho – [IP/10/989](#)).

Antecedentes

Em 6 de Outubro de 2006, os Estados-Membros da UE acordaram numa Decisão-Quadro do Conselho ([2006/783/JAI90](#)) que permite reconhecer e dar execução imediata às decisões de apreensão tomadas pelas autoridades competentes de outros países da UE.

Antes da adopção do Tratado de Lisboa, as regras da UE em matéria de justiça eram adoptadas no âmbito do dito «terceiro pilar» sob a forma de «decisões-quadro», que eram vinculativas para os Estados-Membros em termos dos resultados a atingir, mas deixam às autoridades nacionais a escolha da forma e dos métodos a utilizar. Isto pode ter como resultado aproximar regras que, na prática, variam de forma significativa em toda a UE. Durante um período transitório até 2014, a Comissão não pode intervir judicialmente para assegurar que os Estados-Membros aplicam estas regras, como acontece em relação a outras políticas. Até lá, continuará a acompanhar e a apoiar activamente uma efectiva aplicação da decisão e a sua observância por parte dos Estados-Membros.

Sala de imprensa Justiça e Assuntos Internos:

http://ec.europa.eu/justice/news/intro/news_intro_en.htm

Homepage de Viviane Reding, Vice-Presidente e Comissária da UE responsável pela Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania:

http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/reding/index_en.htm

¹ De notar que o relatório hoje adoptado foi finalizado em Fevereiro de 2010, tendo os Países Baixos adoptado a lei nacional de transposição em Abril de 2010. Por esta razão, o relatório refere que a Irlanda e Portugal são os únicos países que não previram motivos adicionais de recusa.

ANNEX

Notification of implementation of Council Framework Decision [2006/783/JHA](#) as of February 2010

Country	State of play	Extra grounds for refusal
Austria	Full implementation	Yes
Belgium	Implementation in process	
Bulgaria	No notification	
Cyprus	Implementation in process	
Czech Republic	Full implementation	Yes
Denmark	Full implementation	Yes
Estonia	No notification	
Finland	Full implementation	Yes
France	Implementation in process	
Germany	Full implementation	Yes
Greece	Implementation in process	
Hungary	Full implementation	Yes
Ireland	Full implementation	No
Italy	Implementation in process	
Latvia	Full implementation	Yes
Lithuania	Implementation in process	
Luxembourg	No notification	
Malta	No notification	
The Netherlands	Full implementation	No
Poland	Full implementation	Yes
Portugal	Full implementation	No
Romania	Full implementation	Yes
Slovakia	No notification	
Slovenia	Full implementation	Yes
Spain	Implementation in process	
Sweden	No notification	
United Kingdom	No notification	